

EDITAL

CONCORRÊNCIA Nº 002/2018

O MUNICÍPIO DO RIO GRANDE através do GABINETE DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS - GCLC, torna público, a quem possa interessar que, em obediência ao que preceitua a Lei Federal Nº 8.666/93, em suas normas gerais e demais normas que regem a matéria, fará realizar Licitação na modalidade de CONCORRÊNCIA, do tipo MAIOR OFERTA, conforme Lei Municipal nº 8.189 de 02/03/2018, de acordo com as disposições e demais elementos integrantes deste Edital, devendo os interessados apresentar os envelopes Nº 01 (DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO) e Nº 02 - (PROPOSTA DE PREÇO) até às **14:00** horas do dia **30 de outubro de 2018**, no Gabinete de Compras, Licitações e Contratos, situado na Rua General Bacelar 264, 2º andar, Centro, Nesta, onde se realizará a sessão de abertura dos invólucros.

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação visa à alienação de Imóvel localizado na Rua General Vitorino, nº 367, Centro - Rio Grande – RS, conforme Termo de Referência Anexo I.

1.2. DA DESCRIÇÃO:

*Imóvel localizado na Rua General Vitorino, nº 367, registrado sob matrícula nº 62.573 do Registro de Imóveis deste Município, o qual tem a seguinte descrição: “uma casa construída de material de porta e janela de frente, sita nesta cidade à Rua General Vitorino sob nº 367 (trezentos e sessenta e sete), sobre um terreno próprio de formato retangular, medindo 4,38m (quatro metros e trinta e oito centímetros) de frente ao norte, onde confronta com a Rua General Vitorino, daí a oeste, 18,10m (dezoito metros e dez centímetros), onde confronta com propriedade da Sociedade Religiosa Convento São José; daí ao sul, 4,38m (quatro metros e trinta e oito centímetros), onde confronta com propriedade de Eva Ides Antunes Dornelles e seu marido Júlio César Peixoto Dornelles e fecha o perímetro perfazendo uma área superficial de 79,28m² (setenta e oito metros e vinte e oito centímetros quadrados)”.

2. DA PARTICIPAÇÃO

2.1. Somente poderão participar desta CONCORRÊNCIA as empresas e/ou pessoas físicas que satisfaçam as exigências do Edital e da Lei nº 8.666/93, e alterações.

2.2. Será vedada a participação de empresas na Licitação, quando:

2.2.1. Declaradas inidôneas por Ato do Poder Público.

2.2.2. Sob processo de Concordata ou Falência.

2.2.3. Impedidas de licitar, contratar, transacionar com a Administração Pública ou qualquer de seus órgãos descentralizados.

2.2.4. Reunidas em Consórcio.

2.2.5. Enquadradas nas disposições do art. 9º, da Lei Federal Nº 8.666/93.

3. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

As propostas serão apresentadas em dois invólucros, a saber:

DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA

A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO será apresentada em 01 (uma) via e a PROPOSTA também em 01 (uma) via original. Na data, hora e local indicados no aviso deste Edital, os interessados ou devidamente representados por pessoa credenciada e identificada, apresentarão os envelopes fechados e indevassáveis, no Gabinete de Compras, Licitações e Contratos, situado na Rua General Bacelar 264, 2º andar, Centro, Nesta, com os seguintes dizeres:

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

INVOLUCRO Nº 01: CONCORRÊNCIA Nº 005/018

**ALIENAÇÃO DA POSSE DE IMÓVEL LOCALIZADO NA
RUA GENERAL VITORINO, Nº 367, CENTRO, NESTA.**

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

PROPONENTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

INVOLUCRO Nº 02: CONCORRÊNCIA Nº 005/2018

**ALIENAÇÃO DA POSSE DE IMÓVEL LOCALIZADO NA
RUA GENERAL VITORINO, Nº 367, CENTRO, NESTA.**

PROPOSTA DE PREÇOS

PROPONENTE:

4. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO PESSOA JURÍDICA

4.1. Para habilitação, deverão as licitantes interessadas apresentarem, na sessão de recebimento da documentação e proposta, os documentos abaixo relacionados:

4.1.1..Procuração pública ou particular, com firma reconhecida em Cartório, no caso da Empresa enviar Representante não qualificado no Contrato ou nos Estatutos, para fins de licitação;

4.2. PROVA DE HABILITAÇÃO JURÍDICA

4.2.1. Ato Constitutivo, Estatuto Social ou Contrato Social em vigor, devidamente Registro, em se tratando de Sociedades Comerciais, e, no caso de Sociedades por Ações, acompanhado de documentos referentes às eleições de seus administradores;

4.2.2. Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de Sociedades Cíveis, acompanhada de prova da Diretoria em exercício, devidamente registrado em cartório;

4.2.3. Decreto de autorização, em se tratando de Empresa ou Sociedade Estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

4.3. PROVA DE REGULARIDADE FISCAL

4.3.1. Prova de Inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes(C.G.C/MF ou CNPJ);

4.3.2. Alvará de localização e funcionamento expedido pela Prefeitura Municipal da Jurisdição Fiscal do estabelecimento da licitante.

4.3.3. Certidão Conjunta de Débitos (Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa), expedida nos termos do Decreto Federal n.º 5.512/05 e da Portaria Conjunta PGFN/RFB n.º 1751, de 02/10/2014 que entrou em vigência em 03 de novembro de 2014 e abrange todos os créditos tributários federais administrados pela RFB e PGFN.

4.3.4.A comprovação de quitação para com a Fazenda Estadual, deverá ser feita através de Certidão consolidada negativa de débitos inscritos na Dívida Ativa Estadual, dentro do prazo de validade;

4.3.5.A comprovação de quitação para com a Fazenda Municipal, deverá ser feita através de Certidão consolidada negativa de débitos inscritos na Dívida Ativa Municipal, dentro do prazo de validade;

4.3.7.Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia de Tempo de Serviços(FGTS) - CRS.

4.3.8 - Apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito de negativa, com validade de 180 (cento e oitenta) dias contados da sua emissão.

4.4. A empresa licitante que apresentar sua documentação desacompanhada de procuração, referida no item 4.1.1., não será inabilitado, mas não poderá se manifestar durante as sessões, salvo se estiver sendo representado por um de seus dirigentes, que comprovará tal condição através de documento legal;

5 . PESSOA FÍSICA:

5.1. Cópia da Cédula de identidade;

5.2. Cópia do CPF

5.3. Cópia do Comprovante de residência, ou declaração de residência em nome de terceiros caso o comprovante não estiver no nome do candidato.

5.4. Certidão de regularidade ou quitação com a Justiça eleitoral (A Certidão de Quitação Eleitoral destina-se a atestar, a existência/inexistência de registro no histórico da inscrição (título) do interessado no cadastro eleitoral de restrição no que se refere à plenitude do gozo dos direitos políticos. Pode ser emitida pelo endereço http://www.tse.jus.br/internet/servicos_eleitor/quitacao_eleitoral.htm ou no TRE.)

5.5. Certidão de antecedentes criminais. (A Certidão de Antecedentes Criminais é o documento com validade de 90 dias que informa a existência ou não de registros criminais nos sistemas informatizados da Polícia Federal. Pode ser emitida pelo endereço <http://servicos.dpf.gov.br/sinic-certidao/emitirCertidao.html>)

6. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS.

6.1 A documentação exigida poderá ser apresentada no original, por qualquer processo de cópia autenticada, por publicação da imprensa oficial ou excepcionalmente por cópia a ser autenticada pela Comissão Julgadora ou funcionário especialmente designado pelo Presidente mediante a apresentação do documento original.

6.2. Os documentos que dependem de prazo de validade e que não contenham prazo de validade especificado no próprio corpo, em lei ou neste Edital, devem ter sido expedidos no máximo até 90 (noventa) dias anteriores a data de abertura do invólucro nº 01.

6.3. Todos os documentos expedidos pela empresa deverão ser subscritos por seu representante legal, com identificação clara de seu subscritor.

6.4 Após a fase de Habilitação, não cabe desistência de proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão (Art. 43, § 6º, da Lei nº 8.666/93 e alterações).

6.5. A inabilitação da Licitante importará na preclusão do direito de participar das fases subsequentes, restando à Administração inutilizar os envelopes das propostas se não procurados no prazo de 30 dias.

6.6. Estando todos os Licitantes representados na sessão e concordando com o resultado de habilitação, através de desistência expressa de interpor recurso, a Comissão Permanente de Licitação poderá, a seu critério, proceder a abertura dos envelopes contendo as propostas. Caso contrário, os envelopes propostas, serão rubricados pelos representantes presentes e pelos membros da Comissão Permanente de Licitação, ficando sob sua guarda para abertura na data fixada na Ata de reunião ou na publicação do Resultado de Habilitação no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul.

7. DA PROPOSTA

A proposta deverá ser apresentada da seguinte maneira:

7.1. O licitante por si, ou através de seu procurador, devidamente habilitado, ou seja, munido de procuração por instrumento público ou particular, reconhecido, deverá

apresentar sua proposta, assinada, em envelope fechado, a ser entregue em data, horário e local estabelecido no preâmbulo deste Edital, contendo:

a) nome do proponente

b) Prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias.

c) a proposta devidamente preenchida mencionando a forma de pagamento:
PAGAMENTO À VISTA.

d) o valor mínimo da proposta deverá ser de R\$ 109.000,00 (cento e nove mil reais) em moeda corrente nacional;

e) assinatura reconhecida do proponente;

f) declaração firmada aceitando e submetendo-se a todos os termos do presente Edital, poderá ser utilizado o Modelo fornecido conforme Anexo II.

7.2. Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou da Legislação em vigor.

8. DO RECEBIMENTO, DA ABERTURA, DO JULGAMENTO E DA HOMOLOGAÇÃO

8.1. DO RECEBIMENTO

8.1.1. Os invólucros, na forma deste Edital, serão recebidos até às **14:00** horas do dia **30 de outubro de 2018**, no Gabinete de Compras, Licitações e Contratos, sito na Rua General Bacelar 264, 2º andar, Centro, Nesta, sendo que após este horário, não serão mais aceitos em hipótese alguma.

8.2. DA ABERTURA

8.2.1. A abertura das propostas será às **14:00** hs no local estabelecido no preâmbulo deste Edital.

8.2.2. Um representante de cada uma das licitantes, devidamente credenciado e identificado, deverá estar presente para participar do processo de abertura dos envelopes.

8.2.2.1. A licitação transcorrerá em sessão pública sendo que somente o licitante ou seu representante credenciado e identificado terá direito a manifestação.

8.2.3. Após o recebimento dos invólucros citados no item 3, serão abertos os envelopes da DOCUMENTAÇÃO contendo os documentos de habilitação, sendo estes examinados e rubricados pela Comissão Julgadora da Licitação e, facultativamente, pelos licitantes.

8.2.4. A Comissão julgará a Habilitação, comunicando o seu resultado às licitantes na mesma sessão pública. Se não houverem impugnações e se houver desistência expressa

de recurso à habilitação, por parte dos representantes legais presentes a Comissão Julgadora da Licitação, registrará o fato em Ata, devolverá aos participantes inabilitados os envelopes nº 02, ainda fechados, e procederá a abertura dos envelopes dos participantes habilitados.

8.2.5. Manifestada a intenção expressa de recurso à habilitação ou inabilitação, a Comissão Julgadora da Licitação encerrará a sessão, cientificando os participantes do prazo para a interposição de recurso.

8.2.5.1. O conteúdo dos envelopes abertos será juntado ao processo administrativo e, os envelopes nº 02 serão encerrados em um outro envelope único, devidamente rubricado pela Comissão Julgadora da Licitação, bem como pelos Licitantes presentes, permanecendo sob custódia até a abertura em outro ato público.

8.2.6. Decididos os recursos ou transcorrido o prazo sem interposição, o Presidente da Comissão Julgadora da Licitação designará dia e hora de prosseguimento da sessão para a abertura dos envelopes nº 02, ocasião em que devolverá os mesmos envelopes, ainda fechados aos participantes inabilitados.

8.2.7. Se todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a critério da Administração, poderá fundamentadamente ser concedido prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas.

8.2.8. De cada sessão pública será lavrada Ata circunstanciada dos trabalhos, a qual deverá ser assinada pelos membros da Comissão Julgadora da Licitação e, pelos representantes das empresas licitantes presentes.

8.2.9. Os recursos serão dirigidos a Autoridade Superior por intermédio da que praticou o ato recorrido, na forma e nos prazos previstos pelas disposições legais pertinentes e deverão ser protocolados no GCLC, visando sua juntada ao processo de licitação.

8.3. DO JULGAMENTO

A Concorrência será julgada pela Comissão Julgadora da Licitação da seguinte forma:

8.3.1. Julgamento da documentação, levando em conta o atendimento às exigências do Edital, no item 4 - DOCUMENTAÇÃO.

8.3.2. Julgamento da proposta levando em conta o atendimento às exigências do Edital, no item 5 - PROPOSTA.

8.3.3. Em qualquer fase do julgamento, o não atendimento ou a insuficiência de comprovação de alguma exigência constante do Edital, implicará em inabilitação ou desclassificação do concorrente.

8.3.4. A escolha da proposta vencedora será para a **maior oferta**, na forma do item 7.

8.3.5. Em caso de empate entre duas ou mais proponentes a vencedora será escolhida por sorteio, em sessão pública.

8.3.6. Toda a documentação e proposta deverá ser apresentada à época pertinente, ordenada na forma deste edital.

8.3.7. O julgamento da habilitação e da proposta constitui ato interno da Comissão Julgadora da Licitação, a qual comunicará aos licitantes, a respeito de suas decisões.

8.4. DA HOMOLOGAÇÃO

8.4.1. A Comissão Julgadora da Licitação efetuará a classificação das propostas, procederá o respectivo julgamento e recomendará vencedora a licitante que apresentar a **maior oferta**, encaminhando o processo à Autoridade competente para adjudicar e homologar o certame, a seu critério, e convocar a adjudicatária para a assinatura do contrato.

8.4.2. A homologação do procedimento e a convocação do adjudicatário para a lavratura do contrato será publicada no meio de publicação do Município, podendo a Administração a seu critério, utilizar-se de outro meio de convocação desde que documentado seu recebimento.

8.4.3. Decorrido o prazo de validade das propostas estabelecido no subitem 7.1.b, sem convocação para a contratação, ficam as licitantes liberados dos compromissos assumidos.

8.4.4. É facultado a Comissão Julgadora da Licitação ou a Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

9. DOS PRAZOS E CONDIÇÕES

9.1. O Município mantém compromisso de alienação de posse do imóvel somente com o licitante vencedor.

9.2. Havendo desistência ou indeferimento do primeiro classificado, o Município se reservará o direito de chamar o segundo, e, se for o caso, o terceiro classificado.

9.3. O resultado da Concorrência será divulgado do Diário Oficial do Estado, Jornal local e no Site desta Prefeitura www.riogrande.rs.com.br.

9.4. O licitante vencedor deverá comparecer no Gabinete de Compras, Licitações e Contratos, independentemente de convocação, no prazo máximo de 05(cinco) dias úteis a partir da divulgação do resultado oficial, sob pena de ser considerado desistente. Havendo desistência do licitante vencedor, o Município convocará os demais classificados, obedecida a ordem de classificação, para comparecerem no mesmo prazo de 05(cinco) dias úteis, contados da data do recebimento da convocação.

9.5. O licitante vencedor terá o prazo de 05(cinco) dias úteis, contados da data do seu comparecimento, para efetuar o pagamento do valor total à vista. Os demais classificados quando convocados terão o mesmo prazo para pagamento.

9.6. Serão de responsabilidade do licitante vencedor:

9.7. todas as despesas necessárias à lavratura da Escritura/Assinatura do Contrato de Vendas;

9.8. o recolhimento do laudêmio incidente sobre a venda, quando houver;

9.9. toda a iniciativa necessária à lavratura da escritura e sua assinatura, inclusive a obtenção de guias, declarações e documentos exigíveis. Como o consequente pagamento, às suas expensas de taxas, impostos, emolumentos, registros, etc.

9.10. A escritura publica de compra e venda será firmada até o último dia útil do mês em que ocorrer a divulgação dos resultados.

10. DOS RECURSOS

10.1. Dos atos praticados pela Administração no curso do procedimento licitatório caberá recurso nos termos do que dispõe o art.109 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. As dúvidas quanto a interpretação de qualquer parte deste Edital, assim como esclarecimentos sobre quaisquer incorreções ou discrepâncias, encontradas no mesmo, bem como, solicitação de informações adicionais, deverão ser protocoladas junto ao GCLC, até 05 (cinco) dias úteis imediatamente anteriores a data de abertura dos envelopes.

11.2. As informações relativas a presente licitação poderão ser obtidas no GCLP, situada na Rua General Bacelar 264, 2º andar, Centro, Nesta, ou pelos (Fones (053) 3233.8417 ou 3233.6060) e pelo site www.riogrande.rs.gov.br, até o quinto dia útil imediatamente anterior àquele marcado para a entrega dos documentos de habilitação e propostas.

11.2.1. As informações relativas ao imóvel poderão ser obtidas no PROCON-RG sito a Rua General Bacelar 476, Fone: 3233-8499. Atendimento: 12h30 às 17h30.

11.3. Os participantes deverão ter pleno conhecimento dos termos deste Edital, das condições gerais e particulares do objeto da presente licitação, devendo verificar as condições atuais e não podendo invocar nenhum desconhecimento como elemento impeditivo da correta formulação da proposta ou do integral cumprimento do contrato, não sendo aceitas reivindicações posteriores sob quaisquer alegações.

11.4. A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL reserva-se o direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses ou anular ou revogar a presente licitação sem que disso caiba aos participantes o direito de reclamação ou indenização.

11.5. Constituem anexos deste instrumento convocatório, dele fazendo parte integrante:

Anexo I – Termo de Referência.

Anexo II – Declaração de Conhecimento dos Termos do Edital

Anexo III - Minuta de Contrato.

11.6. Onde este Edital for omissos prevalecerão os termos da Lei 8.666/93 e demais legislação em vigor.

11.7. O Foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Comarca de Rio Grande, com exclusão de qualquer outro.

Rio Grande, 24 de setembro de 2018.

Ademir Giambastiani Casartelli
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos.